

Marcos Cezar de Freitas (Org.)

História Social da Infância no Brasil



9ª edição
revista e ampliada

Carlos Monarcha | Fúlvia Rosemberg

Gilberta Jannuzzi | Ivan Russeff

Irene Rizzini | José Geraldo Silveira Bueno

Livia Vieira | Maria Luiza Marcilio

Marisa Lajolo | Mariza Corrêa

Marta M. Chagas de Carvalho | Miriam L. Moreira Leite

Mirian Jorge Warde | Sabrina Celestino

História Social da Infância no Brasil

Coordenador do Conselho Editorial de Educação

Marcos Cezar de Freitas

Conselho Editorial de Educação

José Cerchi Fusari

Marcos Antonio Lorieri

Marli André

Pedro Goergen

Terezinha Azerêdo Rios

Valdemar Sguissardi

Vitor Henrique Paro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História social da infância no Brasil / Marcos Cezar de Freitas (org.).
— 9. ed. rev. e atual. — São Paulo : Cortez, 2016.

Vários autores.

ISBN 978-85-249-2472-9

1. Crianças - Brasil - Condições sociais 2. Crianças - Brasil -
História 3. História social I. Freitas, Marcos Cezar de.

16-04964

CDD-305.230981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Infância : História social : Sociologia 305.230981

Marcos Cezar de Freitas (Org.)

História Social da Infância no Brasil

9ª edição
revista e ampliada

Carlos Monarcha | Fúlvia Rosemberg

Gilberta Jannuzzi | Ivan Russeff

Irene Rizzini | José Geraldo Silveira Bueno

Livia Vieira | Maria Luiza Marcilio

Marisa Lajolo | Mariza Corrêa

Marta M. Chagas de Carvalho | Miriam L. Moreira Leite

Mirian Jorge Warde | Sabrina Celestino

 **CORTEZ**
EDITORA

HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA NO BRASIL

Marcos Cezar de Freitas (Org.)

Capa: de Sign Arte Visual

Preparação de originais: Solange Martins

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Linea Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos autores e do editor.

© 1997 by Autores

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – agosto de 2016

Como organizador de *História social da infância no Brasil* gostaria de dedicar este trabalho a Leilinha, ao Artur e a Júlia.

SUMÁRIO

<i>Prefácio à 9ª edição revista e ampliada</i>	9
<i>Prefácio à 3ª edição</i>	19
<i>Apresentação — Para uma sociologia histórica da infância no Brasil</i>	
<i>Marcos Cezar de Freitas</i>	21
<i>A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem</i>	
<i>Miriam L. Moreira Leite</i>	31
<i>A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950</i>	
<i>Maria Luiza Marcilio</i>	69
<i>Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança</i>	
<i>Carlos Monarcha</i>	99
<i>A cidade de menores: uma utopia dos anos 30</i>	
<i>Mariza Corrêa</i>	143
<i>“Mal necessário”: creches no Departamento Nacional da Criança, Brasil (1940-1970)</i>	
<i>Lívia Maria Fraga Vieira</i>	165

A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional <i>Fúlvia Rosemberg</i>	205
A cultura da institucionalização e a intensificação das práticas de confinamento de crianças e adolescentes sob a égide da FUNABEM <i>Irene Rizzini e Sabrina Celestino</i>	229
A produção social da identidade do anormal <i>José Geraldo Silveira Bueno</i>	251
As políticas e os espaços para a criança excepcional <i>Gilberta Jannuzzi</i>	277
Infância de papel e tinta <i>Marisa Lajolo</i>	323
História da infância no pensamento social brasileiro. Ou, fugindo de Gilberto Freyre pelas mãos de Mário de Andrade <i>Marcos Cezar de Freitas</i>	349
A infância no Brasil pelos olhos de Monteiro Lobato <i>Ivan Russeff</i>	371
Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas <i>Marta Maria Chagas de Carvalho</i>	395
Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia <i>Mirian Jorge Warde</i>	417
<i>Sobre os Autores</i>	443

PREFÁCIO À 9ª EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA

Apresentamos mais uma edição do livro *História social da infância no Brasil*.

Este livro foi concebido no início da década de 1990, e a obtenção de recursos institucionais para levar a efeito sua publicação consolidou-se em 1995, proporcionando a primeira impressão em 1996, há vinte anos, portanto.

A publicação deste livro resultou dos esforços do Instituto Franciscano de Antropologia — IFAN, que naquele contexto estimulava o debate sobre a experiência cotidiana de “ser criança” no Brasil e, principalmente, sobre a construção social da infância.

O esforço institucional do IFAN surtiu bons efeitos e fez com que este livro se tornasse o primeiro de uma trilogia, seguido pela publicação de *Os intelectuais na história da infância* (2002) e *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude* (2006).

Como se percebe, o livro *História social da infância no Brasil* está inserido num processo que há quase três décadas discute de forma plural criança e infância, palavras que estão em permanente estado de reapropriação e que são, muitas e muitas vezes, tomadas equivocadamente como se fossem sinônimas.

Na apresentação do segundo livro da trilogia, *Os intelectuais na história da infância*, essa questão foi destacada:

(...) Podemos compreender a infância como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o

próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida. A história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade. Mas a opção por uma ou outra perspectiva é algo circunscrito ao mundo dos adultos, os que escrevem as histórias, os responsáveis pela formulação dos problemas e pela definição das fontes a investigar. (Freitas e Kuhlmann Jr., 2002, p. 7).

A infância é um tempo social, a criança é agente, protagonista nas tramas do cotidiano.

Nas formas de explicar o que é um tempo, nas lutas para defini-lo, nos conceitos mobilizados para estabelecer parâmetros de começo e fim, estamos nos referindo às guerras de representações, como diria Pierre Bourdieu.

Se em dado momento usamos infâncias no plural e destacamos com isso diferenças expressivas na experiência de ser criança, estamos reivindicando certa perspectiva e recusando outras.

Se alguns evocam a infância como estrutura enquanto outros se aproximam da “agência” das crianças, procurando por elas no momento mesmo em que se fazem e se configuram, estamos nos referindo às diferenças teóricas, epistemológicas, políticas, ideológicas, enfim, estamos mais uma vez lembrando (algo que é bastante familiar aos antropólogos) que aquele que diz em certo sentido cria, simultaneamente, a forma do que é descrito e a essência de quem descreve.

Portanto, se este livro se apresenta como história social da infância, isso diz respeito à história das representações do tempo, no caso do tempo de ser criança e das formas sociais que o tempo adquire, especialmente quando institucionalizado. E não somente diz respeito às recriações do tempo social nas formas institucionais. Também quer mostrar que são representações as idades e as fases e que estão em permanente estado de reconfiguração na constituição relacional das gerações.

A história social da infância também diz respeito à elaboração do “específico” dos saberes e disciplinas que se dedicam a narrar (e inventar) o que é uma criança.

Os adjetivos que acompanham a palavra criança são indícios da construção da “autoridade” de quem se pronuncia. A criança tem sido acompanhada de palavras como “normal” ou “anormal”, “saudável”, “deficiente”, “hiperativa”, “agressiva”, “inteligente” etc., e essa adjetivação faz parte, como diria Raymond Williams, do repertório de palavras-chave com o qual também podemos ler a ação dos homens no tempo e no espaço.

Palavras podem indicar perspectivas e intenções analíticas que entrelaçam a criança ao tecido social, como “criança pobre”.

Muitas palavras demonstram autores atentos às tensões sociais, às violências e às estratificações econômicas que indicam a incidência das desigualdades sobre a vida das crianças analisadas.

Estamos nos referindo, dessa maneira, a um universo múltiplo, incomensurável, e que se recria incessantemente.

Nos vinte anos que se passaram desde o lançamento da primeira edição, a leitura dos capítulos deste livro com alunos da graduação e da pós-graduação seguidamente mostrou a importância de “desnaturalizar” as palavras infância e criança, evitando que os alunos incorressem no erro de supor que infância é simplesmente um conceito que se aprende e se aplica (ainda que muitas disciplinas tenham se configurado historicamente à custa tanto da definição quanto da aplicação) e de também supor erradamente que criança é somente a palavra com a qual são indicadas dimensões corporais específicas. Ou seja, este livro é parte de um processo que estimulou alunos a pensar o tempo como representação e o corpo e as corporalidades também como construções sociais.

Nesse processo, desnaturalizar exigiu sempre perguntar: desde quando? por quê?

Este livro, ou melhor, a trilogia na qual se insere, tem “parentesco político” com o trabalho levado a efeito por Irene Rizzini, do

qual resultou a publicação de textos fundamentais para a história social da infância no Brasil, entre eles *A criança e a lei no Brasil* (2002); *Acolhendo crianças e adolescentes* (2007); *O século perdido* (2008); *A arte de governar crianças* (2009), escritos individualmente ou com a parceria com expressivos estudiosos da infância.

Em relação à criança, a sociedade brasileira discutiu intensamente os temas proteção e direitos desde a década de 1980, ou seja, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira e no bojo da construção conflituosa não somente da democracia, mas do Estado de direito e dos dispositivos de atenuação dos efeitos de um país que passou a ser uma sociedade salarial sem deixar de ser uma casa grande.

Mas é necessário reconhecer que o tema proteção muitas vezes foi (e é) evocado como se fosse um conceito “natural” ou sem história.

Evoca-se proteção como dado pronto, aplicável quando se tem leis adequadas (e obedecidas) e ausente na igual ausência da lei ou no descumprimento de suas regras.

Também são recorrentes as referências à (des)proteção da criança com base na defesa da conscientização ou esclarecimento sobre vulnerabilidades, do que se depreende que muitos argumentos simplesmente deduzem que crianças são/estão desprotegidas “por falta” de consciência ou de esclarecimento.

Pois se temos algo a celebrar no momento em que percebemos a circulação crescente de livros relacionados aos temas criança e infância no Brasil é justamente o fato de que muitas dessas publicações evidenciaram que a palavra proteção também deve ser submetida ao exame crítico para que seja possível indagar a respeito da construção de seus sentidos.

Em outras palavras, é necessário reconhecer que muitas vezes tem sido possível estudar a situação penosa de crianças e experiências de sofrimento individual e coletivo desvelando modos diferentes de apropriação da palavra proteção.

Assim, devemos reconhecer que na história das instituições de caridade, filantropia, confinamento etc. se reconhece a sociedade

brasileira exigindo proteção, mas proteção em relação às crianças, e não para elas.

Aproximando as lentes, percebemos que a criança pobre foi objeto de inúmeros cuidados institucionais e legais que foram articulados com o mote da proteção da criança pobre em relação aos seus familiares; da propriedade privada em relação à “propensão” ao crime e à marginalidade, e assim por diante.

Por isso, é necessário sempre debater com alunos que palavras como proteção e direitos historicamente foram usadas mais vezes contra a criança do que a seu favor, com claras clivagens de classe, cor, gênero e origem.

Portanto, a história social da infância no Brasil não é a história de um tempo “sem proteção” que se move linearmente até a chegada de um tempo “com proteção”.

Trata-se da história de um cotidiano em que sempre fez diferença para cada criança a impregnação das desigualdades sociais nos contornos de sua existência.

Por isso, quando determinados fatos são reconhecidos como relevantes para o estudo da história social da infância no Brasil, percebe-se que essa relevância foi legitimada porque simultaneamente tornou-se possível perceber a luta de mulheres (sem as quais a história da infância resta sempre superficial) e a luta dos movimentos que reivindicavam a universalização de acesso a bens, espaços e instituições.

Exemplos significativos podem ser recolhidos no mesmo cenário em que foi possível articular o projeto que deu origem à trilogia que tem neste *História social da infância no Brasil* o primeiro volume.

A Constituição Federal promulgada em 1988, por exemplo, reconheceu que crianças de zero a seis anos de idade também são sujeitos de direito, e isso incidiu fortemente sobre os direitos educacionais dessas crianças, abrindo novo capítulo no âmbito da educação infantil brasileira.

No processo de regulamentação desses direitos a “mudança de sentido” ficou mais clara. A Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, reafirmou a educação infantil como primeira etapa da educação básica do país.

Mas sem dúvida, foi na aprovação da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que a criança e o adolescente foram representados mais densamente como protagonistas na e da sociedade e mencionados não mais como “menores” de uma lógica polícialca que até então abordava pessoas como potenciais presos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, na realidade materializou o conteúdo dos artigos 227, 228 e 229 da Constituição Federal de 1988, artigos que acolhiam e sintetizavam lutas de mulheres, movimentos sociais e inúmeras militâncias de extração popular que direta ou indiretamente assumiam questões relacionadas às integridades física, emocional e intelectual da criança.

A Constituição estabeleceu:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais (...)

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial (...).

O ECA ganhou substância e sentido na dinâmica de regulamentação dos direitos reconhecidos constitucionalmente. Na soma dos reconhecimentos de direitos emanados da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente é que conseguimos entender a presença de dispositivos institucionais como o Conselho

Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA); o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e os Conselhos Tutelares.

Mas vale reforçar o argumento de que o ECA ocupou um espaço jurídico antes ocupado pelo Código de Menores que foi concluído em 1926 e complementado com o Decreto n. 17.943-A de 1927, que regulamentava a assistência e a proteção aos menores. Esse Código de Menores foi complementado em 1964 com a Lei que criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e reformado no Código de Menores de 1979, o que, no todo, representa décadas de associação entre a criança pobre e os riscos de instabilidade social.

Portanto, o ECA foi e é um considerável avanço político.

Mas a história social da infância não está circunscrita à história das leis relacionadas às tutelas, repressões ou aos reconhecimentos de direitos e garantias cidadãs.

Trata-se de uma história que exige também atenção à criança como objeto de disputa, principalmente científica e intelectual.

O tema da criança como objeto de ciência, especialmente na construção dos saberes que plasmaram a constituição da psicologia, da pedagogia, da pedologia, da puericultura no Brasil, bem como o tema dos saberes que aproximaram antropologias pedagógicas e antropometrias de extração médica e jurídica das práticas de escolarização têm na extraordinária obra histórica produzida por um dos coautores deste livro, o professor Carlos Monarcha, um guia erudito e muito denso para se entender como as palavras criança e infância estiveram e estão em permanente processo de ressignificação (entre muitos títulos do autor conferir especialmente Monarcha 1997; 2005; 2009; 2010a; 2010b; 2010c).

A história social da infância é sempre, portanto, uma obra em aberto, com caminhos que só se confirmam caminhando.

Para essa 9ª edição revista e ampliada acrescentamos as contribuições de Irene Rizzini e Sabrina Celestino para dar ao livro mais

uma perspectiva a respeito das estratégias de confinamento praticadas contra crianças no Brasil.

Acrescentamos também as contribuições de Livia Maria Fraga Vieira a respeito dos temas creche e educação infantil, sem dúvida questões que estiveram (e estão) no coração das tensões que se associaram à consolidação dos direitos de cidadania das crianças pequenas.

Esta 9ª edição que vem a público vinte anos após o lançamento da primeira edição é motivo de alegria e grande contentamento. Mas este é também momento para registrar nosso pesar.

Não estão mais conosco Fúlvia Rosemberg e Miriam L. Moreira Leite, reconhecidas pesquisadoras e queridas amigas. A luminosidade de seus escritos, pensamentos e, principalmente, de suas atitudes diante do mundo permanece clareando e inspirando a todos nós.

Referências

FREITAS, M. C.; KUHLMANN JR. M. (Orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, M. C. (Org.). *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1996.

MONARCHA, C. *Lourenço Filho*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 2010a.

_____. Estilos de psicoclínicas: livrar a infância dos embaraços psíquicos (1930-1940). In: RODRIGUES, E. (Org.). *História da infância no Brasil*. Maringá: EDUEM, 2010b.

_____. Serviço de psicologia aplicada. In: JACO-VILELA, A. M. (Org.). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro e Brasília, Editora Imago e Conselho Federal de Psicologia, 2010c. p. 394-96.

MONARCHA, C. O triunfo da razão psicotécnica: medida humana e equidade social. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 129-41.

_____. *Lourenço Filho: outros aspectos, mesma obra*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). *A arte de governar crianças*. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, I. (coord.) *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *A criança e a lei no Brasil*. Rio de Janeiro: Unicef e CESPI, 2002.

_____. *O século perdido*. São Paulo: Cortez, 2008.

PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO

O livro *História social da infância no Brasil* chega à terceira edição, felizmente, com uma trajetória de reconhecimento e de boa acolhida junto a acadêmicos do Brasil e do exterior.

É digno de destaque o fato de que o livro, enquanto projeto do Núcleo de História Social da Infância, do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, da Universidade São Francisco, agregou inúmeros investigadores interessados na pesquisa e no estudo acerca da formação de campos intelectuais e de duas repercussões na produção e disseminação de representações sobre a infância na sociedade.

Desde seu lançamento, os “territórios” das disciplinas e dos campos intelectuais tornaram-se espaços cartográficos importantes para aqueles que, a contar do projeto inicial, perceberam a fertilidade presente no intento de se “mapear”, constantemente, as mutações que o trabalho intelectual opera em relação ao objeto infância; não olvidando a importância desses movimentos analíticos para a renovação da história e da historiografia da educação infantil.

Nesta edição foi acrescentado um capítulo que é, de certa forma, uma consequência das discussões realizadas por ocasião dos muitos eventos nos quais o livro foi debatido. Trata-se de um (breve) capítulo sobre as representações da criança ou, mais especificamente, da violência simbólica contra ela nos domínios de parte do pensamento social brasileiro.

Esta terceira edição quer trazer a público o agradecimento a todos os acadêmicos cuja acolhida generosa possibilitou a disseminação dos projetos do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação. É importante anunciar, também, que o projeto História Social da Infância está em pleno andamento. Está em preparação, com o auxílio de pesquisadores do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Argentina, o volume “Os intelectuais e a educação da infância”. Portanto, até breve.

Marcos Cezar de Freitas